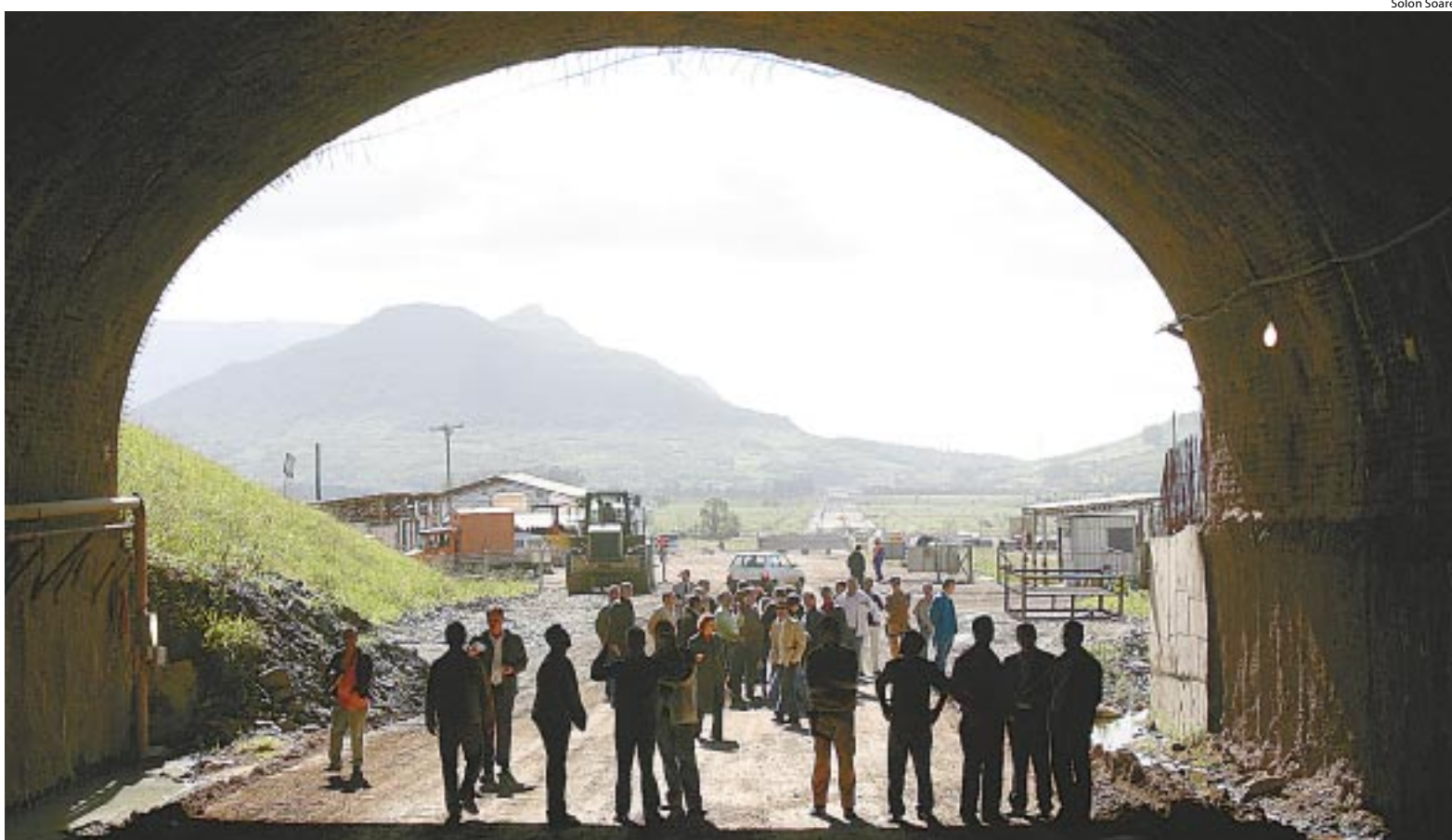


AL NOTÍCIAS

Distribuição gratuita



Mais recursos para estradas de SC



Solon Soares

Cada vez mais o Legislativo catarinense está preocupado em exigir e em acompanhar as obras de infra-estrutura rodoviária que acontecem no estado. A BR-282 recebeu a visita de parlamentares no final de abril. Já no início de maio, outro grupo vistoriou os canteiros de obras da BR-101 Sul.

Em Içara, uma reunião com políticos e lideranças locais evidenciou que é grande a expectativa de que sejam respeitados os prazos de entrega das obras da mais importante rodovia federal em território catarinense, o que está previsto para 2008.

O DNIT e o Deinfra estão atuando em diversas frentes, investindo pesados recursos para garantir melhores condições de escoamento para a produção do estado, fortalecendo a economia e contribuindo para melhorar, também, o nível de segurança.

Página 3

Comitiva de deputados percorreu vários trechos da BR-101 Sul, avaliando a qualidade e o ritmo das obras de duplicação. Clima foi de otimismo

Santa Catarina se prepara para aderir ao Suasa

Página 3

ENTREVISTA

Jorginho Mello, presidente da Comissão de Finanças e Tributação, fala sobre democracia e sociedade

Página 4

Eduardo Guedes de Oliveira



Debate sobre criação de Jardim Botânico teve grande participação

Página 5

ORÇAMENTO

Alberto Neves



Calendário definido

Começa no dia 11 de junho, em São Miguel do Oeste, a programação de audiências públicas sobre o Plano Plurianual (PPA) e o Orçamento Estadual Regionalizado. Trabalho vai ser coordenado pela Assembleia, com a participação da Secretaria da Fazenda, das

secretarias regionais, conselhos estaduais e municipais.

Serão realizados nove encontros, sediados em Chapecó, Joaçaba, Lages, Joinville, Blumenau, Rio do Sul, Criciúma e São José.

Página 9

OPINIÃO

Administrando conflitos, em busca de soluções

Os conflitos agrários no Brasil de hoje abrangem todas as regiões do país e apóiam-se em diferentes causas. Dos trabalhadores sem terra, indígenas e quilombolas, só para citarmos alguns grupos que reivindicam seus direitos, ouvimos pleitos que se justificam, de áreas produtivas onde possam trabalhar dignamente e produzir o sustento para suas famílias, recuperando, alegam, direitos que lhes foram tirados no passado.

Porém, precisamos ter cuidado para não cometermos injustiças no presente, na tentativa de corrigir erros pretéritos. Em Santa Catarina, a disputa por uma área de 8 mil hectares, entre proprietários que possuem documentos públicos e os remanescentes quilombolas, em Campos Novos e Abdon Batista, tem tirado a tranqüilidade das duas pacatas cidades do meio-oeste. O

processo movido pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), em favor dos quilombolas, tenta anular 192 escrituras, grande parte de unidades minifundiárias, inferiores a 24 hectares, pertencentes à cerca de 80 famílias que vivem da agricultura de subsistência.

Na tentativa de solucionar o impasse que envolve a comunidade quilombola Invernada dos Negros e a Associação de Legítimos Proprietários de Terras da Antiga Fazenda São João, instalamos, na Assembléia Legislativa, a Comissão Mista Temporária para apreciar, acompanhar, sugerir, discutir e tratar sobre o tema "Os Quilombos e os Quilombolas em Santa Catarina".

A Comissão solicitou parecer da Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do INCRA - RTDI da Comunidade Re-

manescente de Quilombo Invernada dos Negros, encaminhado para o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, conforme determina o art. 8º do Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

A questão que tratamos na comissão é delicada, pois trata de tema polêmico e que poderá transformar a vida de muitas famílias catarinenses. Por este motivo acredito que todas as etapas de análise possíveis da questão sejam esgotadas e assim seja definida a melhor solução para o caso.

Deputado Romildo Titon (PMDB)

Saneamento e qualidade de vida

Fala-se muito em qualidade de vida nos dias de hoje. E ter qualidade de vida é um dos anseios mais caros e legítimos do ser humano. Entretanto, nem sempre compreendemos o que é qualidade de vida. Entendo que qualidade de vida pressupõe que tenhamos educação, saúde, moradia, lazer, emprego, transporte coletivo, segurança, saneamento, entre outros pressupostos.

Acredito que o saneamento - aqui incluindo-se os serviços de água tratada e coleta e tratamento de esgoto - seja o grande diferencial para classificar uma comunidade como tendo ou não qualidade de vida. Cito o exemplo do município de São Bento do Sul, onde fui vereador, secretário de saúde e prefeito em dois mandatos.

Embora altamente industrializada, quase não dispunha de coleta e tratamento de esgoto. Meu antecessor, Frank Bollmann, deu início a esse serviço. Quando assumi a prefeitura o sistema atendia apenas 3% da cidade. Ao final do meu mandato,

chegamos a 14% de atendimento. Deixei para meu sucessor projeto pronto e recursos aprovados na ordem de R\$ 60 milhões, suficientes para levar o serviço de coleta e tratamento de esgoto a cerca de 70% do perímetro urbano.

Além desse projeto, deixei recursos contratados junto à Caixa Econômica Federal, ainda em 2004. O fato curioso é que assinatura do contrato foi feita em fevereiro de 2005, quando já não era mais prefeito. Um outro financiamento, de R\$ 3 milhões já aprovados pelo BNDES, também foi deixado para o meu sucessor. A continuidade da obra, que está sendo realizada lentamente pela atual gestão, deve contribuir em muito para elevar a qualidade de vida do são-bentense.

Entidades federais e estaduais têm buscado atuar nessa área. A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) priorizou levar água tratada aos municípios brasileiros. Já a Casan - órgão estadual que administra os serviços de água e esgoto na maioria

dos municípios catarinenses - pouco tem realizado. Tanto é verdade que os índices são bem melhores nas cidades onde o serviço é administrado pelo município, como é o caso de São Bento do Sul.

A Casan arrecadou muito e investiu pouco, aspecto que levou municípios, como Joinville, a romper o contrato e buscar caminhos próprios. Várias cidades catarinenses, com elevada vocação turística, enfrentam problemas sérios com deficiência na área de saneamento. De nada adianta oferecer outros atrativos se falta água com frequência e não existe esgoto tratado.

Qualidade de vida pressupõe saneamento básico. Uma comunidade atendida com água tratada e sistema de coleta e tratamento terá uma saúde melhor e, conseqüentemente, estará apta a viver e trabalhar com alegria, atingindo assim uma melhor qualidade de vida.

Deputado Silvio Dreveck (PP)

Escola do Legislativo e TV AL estréiam programa *Fala Jovem*

TV AL estreou, no dia 6, o programa de auditório *Fala Jovem*. A iniciativa é parte do projeto *Conhecendo o Parlamento*, desenvolvido pela Escola do Legislativo. O programa é um espaço para a juventude discutir grandes temas com alegria, música, descontração e participação de deputados e convidados ilustres.

Na estréia o tema principal foi sobre as *Instituições Políticas*, abordado pela deputada Ana Paula

Lima (PT), segunda vice-presidente da Casa, e o deputado Joares Ponticelli (PP), presidente da Escola do Legislativo. Para o público de estudantes dos cursos de Direito, da Unisul e da Univali, um toque de irreverência com a apresentação da banda Samambaia Sound Club. O *Fala Jovem* vai ao ar aos domingos, às 18 horas, nos canais 16 da NET e 23 da TVA, com reprises durante a programação. Também está acessível no site www.alesc.sc.gov.br.

Carlos Kilian



Joares Ponticelli e Ana Paula foram sabatinados sobre as instituições públicas

[AGENDA]

- 14 de maio, 14 horas:** Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais - Audiência Pública "Os reflexos da cobrança da CPMF"
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros
- 14 de maio, 18 horas:** Sessão solene comemorativa ao 34º aniversário da Associação Chapecoense de Futebol
Local: Plenário Osni Régis
- 14 de maio, 19 horas:** 1ª Exposição Fotográfica Itinerante de Santa Catarina
Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho
- 15 de maio, 9 horas:** Comissão de Saúde - Audiência Pública "Programa de prevenção e da saúde reprodutiva nas escolas públicas"
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright
- 17 de maio, 14 horas:** Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais - Audiência Pública "Dia Nacional de Combate à Violência e Exploração Sexual Infante-Juvenil"
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros
- 18 de maio, 9 horas:** Seminário para debater o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Mesa



Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Andréa Leonora e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Eni Moreira, Eliseu Baesso, Fabiano Vanderlei Rosa, Luana da Cruz, Robson Barbosa e Robson Ribas.

Encontro discute adesão de SC ao Suasa

Sistema foi criado em 2006 e pretende integrar os serviços municipal, estadual e federal de inspeção sanitária

Rodrigo Viegas

O estado de Santa Catarina e cada um de seus municípios terão que integrar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa). Para discutir os critérios desta adesão, bem como as adequações necessárias ao sistema, a Assembléia Legislativa realizou, no dia 7, no Auditório Antonieta de Barros, uma audiência pública, convocada pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, e proposta pelo deputado Dirceu Dresch (PT).

A complexidade do assunto se refletiu na grande presença de público. Entre os presentes estavam os deputados Reno Caramori e Jandir Bellini (PP), Pedro Baldissera e Pedro Uczai (PT), Gelson Merísio (DEM) e Sargento Soares (PDT), o deputado federal Cláudio Vignati (PT), o secretário de Estado da Agricultura, Antônio Ceron, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Cidasc, da Epagri, prefeitos, vereadores e representantes de movimentos sociais.

O Suasa foi criado no início de 2006 e beneficia diretamente a agricultura familiar, já que a inspeção integrada num sistema formado pelos serviços municipal, estadual e federal abre o mercado interno para os alimentos provenientes deste segmento, gerando mais emprego e renda no meio rural. O Suasa permite ainda a racionalização, harmonização e padronização dos critérios sanitários para os produtos agropecuários.



Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira

Público foi formado por técnicos, prefeitos e vereadores interessados em conhecer melhor as regras para a adesão

Menos burocracia, mais mercado

O técnico do Programa de Agroindústria do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Leomar Prezotto, analisou que os agricultores familiares serão beneficiados porque, antes da implantação do Suasa, o produto inspecionado por um serviço municipal ou estadual só poderia ser comercializado ou consumido nestas instâncias. "Ao aderir ao Suasa, o mel produzido em Chapecó, por exemplo, mesmo sendo fiscalizado só pelo órgão de inspeção municipal ou estadual, poderá ser comercializado em todo

o Brasil", disse Prezotto. O vice-presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia, deputado Reno Caramori, pensa da mesma forma. "É importante que municípios com vocação para produtos específicos possam interagir com outros, pois a restrição imposta pela lei impedia esse comércio bilateral, limitando a produção ao seu local de origem."

Requerente da audiência, o deputado Dirceu Dresch defendeu que a legislação sanitária precisa de uma política de inclusão para os agricultores de pequeno e mé-

dio porte, para que estes possam se adequar às normas propostas. Também representante do Partido dos Trabalhadores e membro da Comissão de Agricultura da Câmara Federal, o deputado Vignati avaliou que Santa Catarina, como estado precursor da agroindústria e com parcela significativa de agricultores familiares, precisa encaminhar sua adesão ao Suasa. "Dando prosseguimento aos debates, iniciados no ano passado, quando das duas audiências públicas realizadas em Chapecó e Indaial", lembrou.

Crítérios e adequação

Os critérios para adesão ao Suasa foram estabelecidos pela Instrução Normativa (IN) nº 19, de 31 de julho de 2006, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). De acordo com a norma, para aderir aos sistemas brasileiros de inspeção, as unidades da Federação deverão adequar seus procedimentos de inspeção e fiscalização, ficando obrigadas a seguir a legislação federal, ou dispor de regulamentos equivalentes, contanto que reconhecidos pelo Ministério.

Ainda conforme a Instrução, para aderir aos sistemas brasileiros de inspeção, os estados, o Distrito Federal e os municípios devem comprovar que possuem estrutura administrativa que permita executar as ações de acordo com a legislação vigente. Os técnicos do MAPA acreditam que a instrução normativa permitirá aos órgãos oficiais trabalharem de forma harmônica e com troca de experiências, o que possibilitará melhor resultado nas ações de inspeção e a oferta de alimentos seguros ao consumidor brasileiro.



Secretário Antônio Ceron (centro) acredita que Santa Catarina é o estado que melhor responde às regras do Ministério

Grande parte dos municípios ainda não aderiu ao sistema

Gestor do Serviço de Integração de Produtos Agropecuários do MAPA, Leonardo Domingues falou sobre a condição do país quanto à sanidade agropecuária. "Como entes públicos, é nossa responsabilidade prezar pelos direitos da agricultura familiar, sem deixar de lado a preocupação com a saúde do consumidor. É, muitas vezes, uma questão cultural, já que muitos produtores obedecem uma forma rudimentar de produção, sem garantia de saúde na manipulação dos produtos", explica.

Segundo Leomar Prezotto, téc-

nico do MDA, "apesar do Sul do país estar à frente neste procedimento, ainda não atingimos nem 50% dos municípios". Ele destacou que saúde pública, desenvolvimento e inclusão social são temas inerentes ao agronegócio e à agricultura familiar, o que explica a complexidade na elaboração de uma legislação adequada.

Em sua avaliação, o secretário estadual de Agricultura Antônio Ceron disse que "Santa Catarina é o estado que melhor corresponde às normas do Ministério da Agricultura em relação à sanidade animal.

INSTITUCIONAL

Entrevista/Jorginho Mello (PSDB)

“A sociedade está mais exigente”

Como presidente da Comissão de Finanças e Tributação, o deputado Jorginho Mello já está planejando encontros regionais do Orçamento Estadual. Ele quer que o trabalho traduza fielmente a realidade do estado



Eduardo Guedes de Oliveira

Rose Mary Paz Padilha

AL Notícias – Quais os principais desafios do presidente de uma das mais importantes Comissões Permanentes da Assembléia?

Jorginho Mello – Não se trata de um desafio e sim de cumprir uma missão. Sua importância está no fato de que todas as matérias que cabem à nossa análise mexem com a questão financeira. Nossa missão é fazer um trabalho isento, dando condições para que a Assembléia

possa deliberar no plenário, que é soberano.

AL Notícias – A composição eclética das Comissões permite resultados mais produtivos?

Jorginho Mello – Por força do nosso Regimento Interno a composição é eclética, tem a representação de todas as bancadas, inclusive as minoritárias. O jogo político se distribui de forma equânime e faz com que a representação dos deputados de cada partido se faça sentir. É

claro que o Parlamento é plural e essa composição de forças políticas, tanto nas comissões como no plenário, faz a diferença. É fundamental para que a democracia reine em todos os seus sentidos.

AL Notícias – Com relação ao Orçamento Estadual Regionalizado, qual será sua estratégia para mobilizar a população a participar?

Jorginho Mello – Quero inovar. Não concordo com a forma como se faz. São muitas audiências, muita falação. Depois os técnicos definem o que querem. Como não concordo com isso, vou fazer um menor número de audiências públicas e com a participação das secretarias de Estado da Fazenda e do Planejamento e Conselho Regional, com a Assembléia Legislativa capitaneando o processo. Desejo manter a legalidade, mas com todos os órgãos envolvidos. Quem obtém os recursos deve estar junto. Quem demanda e quem planeja, idem. A Assembléia tem que apresentar resultado, para que possamos fazer um orçamento que não seja peça de ficção.

AL Notícias – O senhor está no seu quarto mandato. Quais as diferenças do Parlamento estadual de hoje em relação àquele do início das suas atividades como parlamentar?

Jorginho Mello – O Parlamento está cada vez mais próximo da sociedade. Quanto mais se pratica a democracia, mais se atrai a participação das pessoas. E o Legislativo é o mais democrático de todos os Poderes. Aqui as pessoas têm acesso, podem reclamar. Algo que não se pode fazer com o Poder Executivo ou mesmo com o Judiciário. Temos conseguido aperfeiçoar a qualidade das leis, sempre cuidando com a constitucionalidade. Hoje não passa matéria nenhuma nas comissões técnicas se não estiver embasada na constitucionalidade. Vejo que os deputados estão mais criativos, até porque a sociedade está mais exigente.

AL Notícias – Como o senhor percebe a atuação das forças de situação e de oposição, dentro da Assembléia Legislativa, de fiscalizar as ações do Executivo?

Jorginho Mello – Com naturalidade. Quando se faz uma eleição as pessoas escolhem quem vai ser governo e quem vai ser oposição. É por isso que muitas vezes se fala em cooptação, quando o governo, para ter maioria, começa a trazer apoio da oposição. Aqui na Assembléia, a oposição sempre foi atuante, cumpre o seu papel com criatividade. Outras vezes, criticando por criticar. Mas este é o espaço.

AL Notícias – Que fatores o senhor acredita que contribuem para a credibilidade do Legislativo catarinense?

Jorginho Mello – O fato de que você tem que sentir a evolução da sociedade. Não pode estar na contramão da história. A sociedade está muito mais ativa, mais fiscalizadora, sabendo em quem está votando. Isso é muito bom. Num passado recente as pessoas votavam e logo já não se lembravam mais em quem tinham votado. Era por isso que as coisas eram tortas. As pessoas têm que estar ligadas em quem votam, acompanhar, sugerir, cobrar. Vejo que a sociedade está muito mais atuante e os políticos mais preocupados em manter a sintonia com aqueles que o elegeram.

AL Notícias – Qual os principais desafios do Parlamento nesta legislatura?

Jorginho Mello – Temos que manter o fortalecimento do Poder, que estar atuantes e vigilantes quanto às profundas reformas na legislação eleitoral. Eu imagino e espero que aconteçam. Vai ter uma reforma política, acabando com a reeleição, com proibição de coligação na proporcional, com mandato de cinco anos. Teremos que estar vigilantes para adaptar nossa legislação a isso tudo e continuar cumprindo o nosso papel.

Saiba mais

Nome: Jorginho Mello

Idade: 49

Natural de: Herval d' Oeste

Partido: PSDB

Regiões do Estado que representa: Meio Oeste e Oeste

Atividade: Advogado e bancário

Legislaturas: está em sua quarta legislatura. Foi eleito para deputado estadual em 1995 com 19.104 votos. Na eleição seguinte, obteve 26.825 votos, e 34.486 votos na de 2003. No pleito de outubro, foi reconduzido à Assembléia com 54.002 votos.

Comissão de Finanças e Tributação

Presidente: Jorginho Mello - PSDB

Vice-presidente: Gelson Merísio - DEM

Membros: Décio Góes - PT

Jandir Bellini - PP

José Natal Pereira - PSDB

Manoel Mota - PMDB

Odete de Jesus - PRB

Renato Hinnig - PMDB

Silvio Dreveck - PP

Chefe de secretaria da Comissão: Sílvio Nestor de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 9 horas

E-mail: comfinan@alesc.sc.gov.br

Telefone: 3221-2573

Cabe à Comissão de Finanças e Tributação exercer sua função legislativa e fiscalizadora referente a:

- Matéria financeira e orçamentária;

- Aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, quanto à sua compatibilidade ou adequação com o Plano Plurianual (PPA), com a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e com o Orçamento Anual;

- Sistema financeiro estadual e entidades a ele vinculadas, mercado financeiro e de capitais, autorização para funcionamento das instituições financeiras, operações financeiras e de crédito;

- Dívida pública – interna e externa;

- Licitações e contratos da administração pública - direta e indireta - incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Estado;

- Tributação, arrecadação, fiscalização, contribuições sociais e administração fiscal;

- Empréstimos e financiamentos oficiais;

- Repartição de receitas tributárias;

- Controle das despesas públicas;

- Prestação de contas do governador do Estado;

- Fixação do subsídio ou da remuneração dos deputados, do governador e do vice-governador, dos secretários de Estado e dos membros da Magistratura e do Ministério Público.

Audiência pública debate criação de Jardim Botânico

Encontro surpreendeu pelo grande número de participantes

Eduardo Guedes de Oliveira



Área pertencente à Epagri, com 22 hectares, é considerada ideal para abrigar o parque com espécies botânicas

A implantação do primeiro Jardim Botânico de Santa Catarina foi debatida em audiência pública realizada no dia 2, no Plenarinho Paulo Stuart Wright. Para o deputado Cesar Souza Júnior (DEM), é fundamental que

Florianópolis defenda cada vez mais seus espaços verdes. Representantes da sociedade civil, entre lideranças políticas, empresariais, magistrados, líderes comunitários e órgãos ligados ao meio ambiente, se manifestaram favoráveis à causa e parceiros na mobilização da recém-criada Frente Parlamentar Pró-Jardim Botânico para Florianópolis.

A discussão girou em torno do destino de uma área de 22 hectares, aproximadamente 323,7 mil metros quadrados, pertencente à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão de Santa Catarina (Epagri), localizada no Bairro do Itacorubi. A própria Epagri apresentou um pré-projeto para transformar essa área no primeiro Jardim Botânico de Santa Catarina. No entanto, uma emenda do

deputado Marcos Vieira (PSDB), aprovada na reforma administrativa do governo deste ano, prevê a comercialização de parte da área.

Há muito tempo a Epagri vem trabalhando no projeto de implantação de uma área verde para a comunidade o que, na avaliação do presidente da empresa, Murilo Flores, deverá ser concretizado.

Segundo informou, a venda proposta pela emenda (box abaixo) não trará os benefícios esperados, como investimentos em obras de infra-estrutura. O presidente alertou que os recursos obtidos com a venda só poderão ser utilizados em atividades afins à Epagri. "O uso de áreas verdes para a sociedade tem muito mais utilidade", avaliou Flores.



Flores: bom para a comunidade

Alerta para problemas fundiários

A procuradora do Ministério Público Federal Ana Lúcia Hartmann informou que situações fundiárias precisam de solução antes do processo ser levado à diante. Casos como o manguezal, cedido à UFSC, e a área do lixão, pertencente à União e cedido à Prefeitura.

Vários parlamentares apoiaram a iniciativa de Cesar Souza Júnior. Jailson Lima (PT) citou dois dos mais importantes botânicos do Brasil que atuaram em Santa Catarina, Fritz Müller e Raulino Reitz. Para o Sargento Soares (PDT), a audiência foi exitosa, tendo em vista o número de pessoas reunidas em defesa do Jardim Botânico. Moacir Sopelsa

(PMDB) se declarou parceiro na defesa da idéia e Reno Caramori (PP), disse que "se não cuidarmos de nossa agricultura familiar, contemplada nesse projeto, passaremos fome". Darci de Matos (DEM) salientou a importância de se criarem áreas verdes para a comunidade, ao invés de incentivar a especulação imobiliária. Sérgio Grandó (PPS) disse estar confiante de que o governo estadual vai vetar a proposta de alienação da área prevista na reforma administrativa.

Décio Góes defende uma outra postura em relação ao patrimônio público. "O Jardim Botânico será realidade, mais cedo ou mais tarde."

Emenda

O deputado Marcos Vieira (PSDB) afirma que apóia o projeto do Jardim Botânico. Segundo ele, a alienação de parte do terreno, como prevê a emenda aprovada pelo governador Luiz Henrique, não inviabilizaria a instalação da área verde. "Os recursos da venda seriam utilizados para solucionar alguns dos mais graves problemas da capital, como os congestionamentos das rodovias SC-440 e 405 e a falta de infra-estrutura do Maciço do Morro da Cruz."



CONHEÇA O
LEGISLATIVO

COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

Subordinada diretamente à Diretoria Legislativa, que por sua vez responde à Diretoria Geral do Parlamento catarinense, a Coordenadoria do Orçamento Estadual tem como principais atribuições assessorar a Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado, a Comissão de Finanças e Tributação e também os 40 deputados estaduais em todos os assuntos relativos às matérias orçamentárias.

O coordenador do Orçamento Estadual Regionalizado, Lício Mauro da Silveira, lembra que entre as tarefas mais importantes de sua Coordenadoria está justamente a de assessorar a Comissão de Finanças e Tributação da Assembléia Legislativa, que é presidida atualmente pelo deputado Jorginho Melo (PSDB).

Nesse apoio está incluída a elaboração da redação final de todas as matérias orçamentárias. As principais são o PPA (Plano Plurianual), a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual).

A Coordenadoria do Orçamento Estadual Regionalizado também promove reuniões de estudo e esclarecimento relativas ao Orçamento Estadual, os contatos necessários com o governo do Estado através da Secretaria de Estado do Planejamento, audiências públicas e seminários.

ATRIBUIÇÕES:

- Assessoramento técnico à Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado em todas as suas áreas de competência;
- Assessoramento técnico à Comissão de Finanças e Tributação, na elaboração de estudos, análises, relatórios, pareceres e projetos em matérias orçamentárias, PPA, LDO e LOA;
- Assessorar os deputados em matéria orçamentária, especialmente nos projetos concernentes ao PPA, LDO e LOA e suas respectivas emendas;
- Disponibilizar informações de natureza orçamentária às autoridades estaduais e municipais do Estado;
- Acompanhar a execução orçamentária do Estado, elaborando estudos, análises e informações aos parlamentares;
- Planejar, promover e executar as audiências públicas por ocasião das discussões regionais com vistas à composição do PPA, da LDO e da LOA;
- Disponibilizar, por meio virtual, no portal da Assembléia Legislativa, via Coordenadoria do Orçamento Estadual Regionalizado, o PPA, a LDO e a LOA do Estado, as tabelas comparativas, gráficos e relatórios;
- Dar acompanhamento periódico aos relatórios de atividades do TCE (Tribunal de Contas do Estado);
- Assessorar a Comissão de Finanças e Tributação para elaborar a redação final das matérias orçamentárias do PPA, da LDA e da LOA.

Para saber mais a respeito da Coordenadoria do Orçamento Estadual Regionalizado, basta acessar o site:

www.alesc.sc.gov.br/al/orcaestadual.php.

Fonte: Coordenadoria do Orçamento Estadual

ESPECIAL

Rodovias catarinenses recebem mais investimentos em 2007

BRs 116, 282 e 470 têm melhorias em diversos pontos. Trecho Sul da BR -101 mantém ritmo acelerado para a duplicação. Estradas estaduais também passam por recuperação e pavimentação. Um salto na qualidade viária do estado

Graziela May Pereira

Muita coisa mudou desde a última reportagem feita pelo AL Notícias tratando da situação das rodovias em Santa Catarina, publicada em maio do ano passado em um caderno especial. Atualmente, grande parte da BR-101 Sul está passando por obras de duplicação. As BRs 116, 282 e 470 também estão recebendo melhorias em diversos pontos.

Apesar das deficiências nas estradas, o transporte rodoviário é o meio mais utilizado no país, o que faz das rodovias ponto culminante de investimentos. Um estudo realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a pedido da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), constatou que é através das rodovias que o país movimenta 80% do total das car-

gas transportadas no país.

Um diagnóstico feito em 2003 pelo Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT/SC) detectou que cerca de 1.500 quilômetros de pavimentos das BRs em território catarinense estavam em situação crítica. Atualmente, 700 quilômetros da malha viária já foram recuperados e a meta é recuperar os 800 quilômetros restantes até o final do 2007. Para isso, a Superintendência do DNIT/SC vai investir, neste ano, mais R\$ 57,7 milhões para a continuidade dos serviços de restauração da malha viária federal no estado.

Nestes primeiros meses de 2007, diversas rodovias foram visitadas por parlamentares para uma avaliação quanto ao andamento e à qualidade das obras. E o resultado foi muito animador. Segundo o presidente

do Fórum Permanente da BR-282, deputado Romildo Titon (PMDB), é a primeira vez, por exemplo, que o governo federal prioriza a BR-282. "Trata-se da espinha dorsal de Santa Catarina, ligando a Capital com o Oeste e a Argentina. Quando estiver pronta vai impulsionar a economia da região".

Crescimento

Esta obra, e outras rodovias catarinenses, fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, que vai investir de R\$ 503,9 bilhões no período 2007/2010, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos do país. Deste total, R\$ 67,8 bilhões são do orçamento do governo central e R\$ 436,1 bilhões, provenientes das estatais federais e do setor privado.

Em Santa Catarina, o objetivo é construir, duplicar e recuperar, em quatro anos, 42 mil quilômetros de estradas, 2,5 mil quilômetros de ferrovias, ampliar e melhorar 12 portos, além do Aeroporto Hercílio Luz, de Florianópolis. O PAC deve investir em obras como a duplicação da BR-280, trecho São Francisco do Sul – Jaraguá do Sul, a pavimentação da BR-282, de Lages a Paraíso, passando por Campos Novos e São Miguel, além da duplicação do trecho Sul da BR-101.

Para o Sul do país deverão ser designados R\$ 3,9 bilhões, onde estão incluídos valores para as BRs 470, 101, 280 e 282. No total, R\$ 33,4 bilhões do PAC serão utilizados em conservação, manutenção e recuperação de rodovias da região.

Segundo informações divulgadas no site do governo federal, a pavimentação da BR-282 está em

andamento e as obras na BR-470 serão licitadas ainda neste semestre. Já a BR-280 terá seu projeto de engenharia pronto até junho, juntamente com os estudos de impacto ambiental.

Santa Catarina tem cerca de seis mil quilômetros de rodovias estaduais e desde 2003, mais de 800 quilômetros foram pavimentados, reabilitados ou recuperados. Neste período foram investidos cerca de R\$ 300 milhões pelo Programa de Obras Rodoviárias Estaduais, com participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). De acordo com o Departamento Estadual de Infra-estrutura (Deinfra), o principal problema na malha estadual está nos acessos aos municípios. Situação que está sendo resolvida com ações e obras realizadas pelo governo do Estado.



Vários trechos da BR-282 estão recebendo nova pavimentação, como este trecho de São José do Cerrito, no Planalto Serrano

Ligações importantes para o desenvolvimento

BR-282

Recursos para 2007: R\$ 43 milhões

S. Miguel D'Oeste - Argentina

Aguardando recursos 2007

Conclusão: 2008

Lages - S. José do Cerrito

As obras encontram-se em andamento através do Convênio de Delegação TT-014/2002 celebrado com o 10º BEC/Exército Brasileiro. Segmento já liberado para o tráfego.

Vargem - Campos Novos

Recursos aplicados (até março 2007): R\$ 17 milhões

Previsão de conclusão: agosto de 2007

São José do Cerrito - Vargem

Aguardando recursos 2007

BR-470

Navegantes - Rio do Sul

Valor de R\$ 17 milhões com prazo de execução de dois anos.

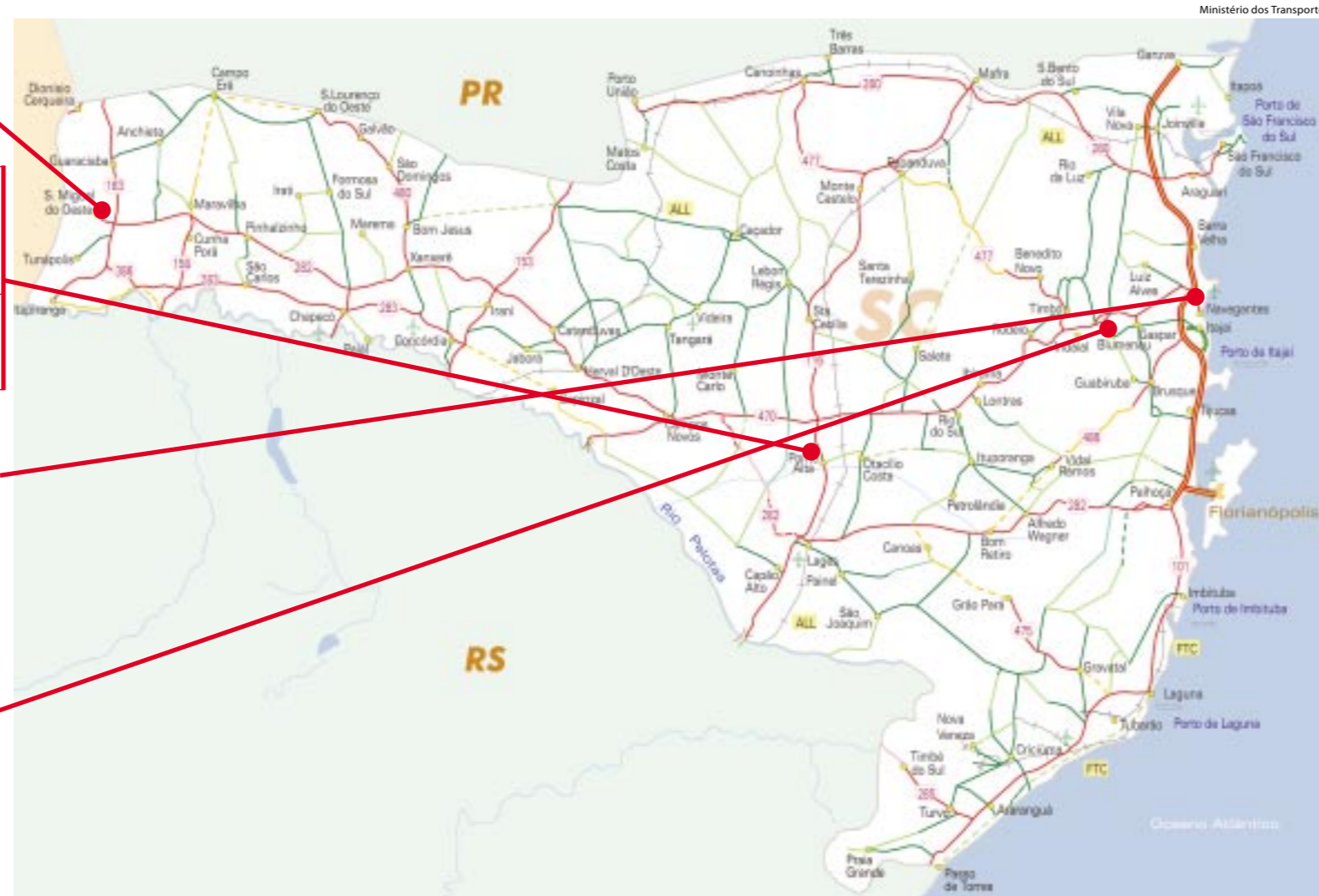
Programação de serviços:

- Recapeamento de aproximadamente 100 km de pista (simples)
- Conservação da Faixa de Domínio
- Manutenção de pista e acostamentos
- Sinalização horizontal e vertical
- Recuperação do sistema de drenagem

Acesso a Massaranduba e Guaramirim

Em fase de análise das propostas de preço.

Adequação de Capacidade e Segurança da Interseção entre as rodovias BR-470/SC e SC-474, solucionando assim problemas de conflito de tráfego. Obra constituída por um viaduto com 59,80 metros de comprimento sobre a BR-470/SC, pavimentação, sinalização e obras complementares.



Manoel Mota, presidente do Fórum que acompanha a obra da BR-101 Sul, admite que ainda há muito a ser feito

Durante vistorias, deputados ficaram satisfeitos com qualidade das obras

Uma grande comitiva com mais de 30 vereadores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, além do coordenador do Fórum Permanente da Assembleia Legislativa que acompanha a obra, deputado Manoel Mota (PMDB), realizou, no dia 27 de abril, uma vistoria nas obras de duplicação do trecho Sul da BR-101.

O trabalho teve início logo cedo, em Osório (RS), e foram encerrados no fim do dia, em Paulo Lopes, já em Santa Catarina. Conforme o coordenador do Fórum, as obras estão transcorrendo em ritmo normal, ressaltando que o término está previsto para o final de 2008, como garante o DNIT. "O Rio Grande do Sul está mais avançado no que diz respeito à concretagem. Em Santa Catarina, a terraplanagem está mais avançada. Os dois estados trabalham em ritmo acelerado, mas ainda há muito a ser feito", disse Mota.

O deputado estadual do Rio Grande do Sul, Alceu Moreira (PMDB), afirmou que a obra é de extrema importância para os dois estados, já que representa

um grave gargalo comercial. "Estamos com uma estrada inadequada, o que nos deixa em desvantagem em relação aos outros estados. Que demore 10 anos para terminar, mas que se termine", pediu.

Problema

O problema mais sério da obra é a paralisação dos trabalhos no lote 29, entre Araranguá e Sombrio. A última empresa abandonou os trabalhos e a nova companhia responsável ainda não começou a trabalhar. Outros locais, como a ponte de Cabeçadas, em Laguna, e o túnel do Morro dos Cavalos, em Palhoça, também foram citados como pontos problemáticos.

Para o presidente da Câmara de Vereadores de Içara, Caetano Costa, o ritmo das obras na maior parte dos 350 quilômetros pode ser considerado satisfatório, mas o projeto deveria estar em estágio mais avançado na ponte sobre o Canal Laranjeiras, e no Morro dos Cavalos, em Palhoça.

Mota concluiu a visita afirmando que é a primeira vez que há a participação do Legislativo na fiscalização de obras desse porte. "Estou muito honrado e feliz por participar disto. Estamos aqui para avaliar a obra, para fiscalizar o dinheiro que vem dos bolsos dos nossos brasileiros. Cuidar do dinheiro público é cuidar do dinheiro do povo", concluiu.

Uma audiência pública, em Içara, realizada no dia 28 de abril, deu por encerrados os trabalhos de vistoria desta etapa. Todas as observações feitas durante a viagem foram debatidas e discutidas pelas lideranças presentes. Um documento, que será entregue ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e ao DNIT, foi o resultado desse encontro.

A vistoria começou em Osório, no Rio Grande do Sul, e passou pelos municípios de Maquiné, Terra de Areia e Três Cachoeiras. Em Santa Catarina foram visitados os trechos em Araranguá, Içara, Ponte de Cabeçadas, em Laguna, e Paulo Lopes.

INSTITUCIONAL

Solução para violência nas escolas deve envolver toda a sociedade

Discussão será aprofundada com debates nas várias regiões do estado e participação das câmaras de vereadores



Fotos: Solon Soares

Deputados e representantes das áreas de Segurança e Educação classificaram o problema como grave

A "Violência e Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes nas Escolas" foi o tema da audiência pública realizada no dia 9, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright. O encontro foi solicitado pelo deputado Antônio Aguiar (PMDB) e promovido pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, presidida por Ada de Luca (PMDB).

Além dos deputados Sargento Soares (PDT), Elizeu Mattos (PMDB) e Serafim Venzon (PSDB), participaram representantes das secretarias estaduais da Educação e da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, OAB, professores, diretores de escolas, entidades representativas e Delegacia da

Mulher, Criança e Adolescente.

Segundo Aguiar, as escolas mostram elevados índices de violência. "Quais os limites na relação entre aluno e professor? Qual o conceito de disciplina?", questionou o parlamentar. A delegada Andréa Ironi Pacheco Rodrigues, da Delegacia da Mulher, Criança e Adolescente, disse que é necessária uma reflexão sobre o conceito de infância e adolescência, cuja origem é do século XIX. "Muitas atitudes dos pais, por exemplo, não estão adequadas à faixa etária das crianças e adolescentes. A casa é o maior local de violência. Lá a criança aprende e depois exterioriza na escola, que fica com a responsabilidade de educá-las, sem que esteja preparada para isso".

Excessos pioram ainda mais a situação

A delegada Andréa Rodrigues contou que uma diretora proibiu o consumo de bolo no recreio. Um aluno desobedeceu a ordem e o caso gerou um Boletim de Ocorrência da diretora contra o aluno. "Os conflitos devem ser resolvidos na escola e não na delegacia. A escola deve educar para a não-violência."

Rogéria Ribello Dogoli, diretora de Apoio ao Estudante, da Secretaria de Estado da Educação, disse que o problema da violência sempre existiu e que antes

as crianças e os adolescentes tinham medo de denunciar. "Peço aos senhores deputados que essa discussão tenha continuidade, para que seja possível um levantamento de dados nas várias regiões de Santa Catarina."

Elizeu Mattos lamentou que, apesar do grande número de convites, tenha sido reduzido o público participante e disse que poucos se dão conta da gravidade do assunto. "A Secretaria de Educação e seus técnicos têm que discutir a educação como um

todo. Caso contrário, é apenas teatro".

Sargento Soares acredita que uma das alternativas para coibir a violência nos estabelecimentos escolares é o retorno dos policiais aposentados para trabalharem nas escolas. "Nem o professor e nem o vigia devem fazer papel de polícia", afirmou. Aguiar ponderou, dizendo que a polícia é chamada para atender casos de violência e não comparece. "É o vigia que faz com que a escola seja segura".

Na opinião de Serafim Venzon, é na escola que a criança revela como é a sua vida em casa, como é a sua família. "Todas as escolas têm responsabilidade nessa questão, mas a responsabilidade maior é do governo". Ada de Luca afirmou que a discussão será aprofundada, com debates nas regiões, envolvendo as câmaras de vereadores. "Estamos mobilizados para buscar uma solução para este grave problema que é a violência nas escolas catarinenses", concluiu a deputada.

Cultura Afro



Altair Alves Lúcio, da AMAB

O seminário "Racismo, discriminação e preconceito é prejudicial à convivência humana", realizado no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, no dia 4, teve como painel de abertura a Lei nº 10.639/03, que inclui a história e a cultura afro-brasileira no currículo do ensino no país e as suas relações para além da escola. Com este debate, a Associação das Mulheres Negras Antonieta de Barros (AMAB) pretende propor práticas conforme as diretrizes e bases da educação nacional. A presidente da AMAB, Altair Alves Lúcio, afirmou que outro objetivo é capacitar educadores na construção de projetos pedagógicos adequados ao enfoque da lei e ampliar a divulgação nos municípios catarinenses.



Assembléia participa da Feira da Esperança

A Assembléia Legislativa manteve a tradição e participou da 20ª edição da Feira da Esperança, realizada no Centrosul no período de 2 a 6 de maio. No evento, promovido pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), foi exibido um vídeo institucional sobre o trabalho do parlamentar

no Legislativo, além da distribuição de fôlderes e do AL Notícias. A intenção é divulgar os trabalhos que a Assembléia mantém em prol da sociedade, como as ações da Escola do Legislativo, da Coordenadoria de Eventos e do Centro de Memória, entre outros setores.

COMISSÕES

Aprovado calendário para audiências do PPA e Orçamento Regionalizado

Encontros serão realizados no mês de junho em nove cidades do estado. Objetivo é abranger e discutir as prioridades das regiões, processo que será coordenado pelo Legislativo

A Comissão de Tributação e Finanças definiu, na reunião do dia 9, o calendário para a realização de audiências públicas sobre o Plano Plurianual (PPA), vigência 2008/2011, e o Orçamento Regionalizado (OR) 2008. A Comissão Coordenadora do OR e PPA, é composta pelos deputados Jorginho Mello (PSDB), presidente, Gelson Merísio (DEM), Décio Góes (PT), Odete de Jesus (PRB), Narcizo Parizotto (PTB), Jandir Belini e Silvio Dreveck (PP), Manoel Mota e Renato Hinnig (PMDB), professor Sérgio Grando (PPS), José Natal Pereira (PSDB) e Sargento Soares (PDT).

As audiências serão realizadas no mês de junho em nove cidades do Estado. Segundo o presidente da comissão, o objetivo é abranger e discutir as prioridades das 36 regionais nessas nove audiências. "A Assembléia Legislativa vai ca-

pitanejar essas audiências. Vamos trabalhar em conjunto com a Secretaria da Fazenda, secretarias regionais, lideranças, conselhos e representações municipais para discutir, de forma organizada e consistente, o Orçamento Regionalizado", frisou Jorginho. E completou: "Vamos fazer as coisas saírem do papel. A responsabilidade é de todos nós".

Para o deputado Décio Góes, deveriam acontecer mais audiências pelo interior do Estado. "Para manter a lógica de descentralização, valorizando as 36 regionais, entendo que deveriam ocorrer 36 audiências públicas." O petista também ressaltou que o governo tem que se comprometer com a comunidade catarinense na realização do prometido. "Caso contrário, a falta de credibilidade política só aumentará", alertou.



Alberto Neves

Trabalho será feito em conjunto com secretarias da Fazenda e regionais, conselhos e representações municipais

| Programação | Data | Local | Região |
|-------------|----------|---|--|
| | • 11/06 | São Miguel do Oeste | Dionísio Cerqueira, Itapiranga e São Lourenço do Oeste |
| | • 12/06 | Chapecó | Maravilha, Palmitos, Xanxerê, Seara e Quilombo |
| | • 13/06 | Joaçaba | Concórdia, Campos Novos e Videira |
| | • 14/06 | Lages | São Joaquim, Curitibaanos e Caçador |
| | • 15/06 | Joinville | Mafra, Canoinhas e Jaraguá do Sul |
| | • 18/06 | Blumenau | Timbó, Brusque e Itajaí |
| | • 19/06 | Rio do Sul | Ituporanga, Taió, Ibirama |
| • 20/06 | Criciúma | Araranguá, Laguna, Tubarão e Braço do Norte | |
| • 21/06 | São José | Grande Florianópolis | |

Santa Catarina e Itália trocam experiências sobre produtos orgânicos

Uma reunião conjunta entre Comissão de Agricultura e Política Rural e a Comissão SC Orgânicos, contando com a presença do vice-presidente da maior Associação de Produtos Orgânicos da Região da Emilia Romagna, na Itália, Natalle Marconini, discutiu, no dia 8, a troca de experiências na área entre os dois países.

Conforme o presidente da Comissão de Agricultura, deputado Moacir Sopelsa (PMDB), o encontro é de extrema importância para fortalecer os laços comerciais entre Brasil e Itália. "Queremos colocar Santa Catarina e seus produtos para o mundo, e esse foi o primeiro passo."

Mudanças

O presidente da Câmara Italiana de Comércio e Indústria do Estado, Renato Marins, afirmou que houve uma época que o rumo dado para a agricultura familiar era muito preocupante, mas que atualmente as coisas estão mudando. "A vinda de



Eduardo Guedes de Oliveira

Deputados Moacir Sopelsa e Dirceu Dresch receberam a comitiva italiana

Natalle ao Brasil estimula o desenvolvimento do setor agrícola familiar. Estamos trazendo tecnologia e a organização italiana", disse.

Otimista, Marconini disse que os mais de 2.700 produtores orgânicos da região movimentaram cerca de 15 bilhões de euros em quatro anos. "Estamos aqui para mostrar o nosso conhecimento e como lidamos com o

mercado interno." No dia 9, a Associação Italiana assinou um convênio de intercâmbio técnico com a Câmara Italiana de Comércio e Indústria (CISC) de Santa Catarina, mediado pela Secretaria Estadual de Agricultura, e com o Consórcio de Produção e Exportação de Orgânicos, que envolve 15 associações catarinenses de agricultores agroecológicos.

Curtas

Justiça

Crianças desaparecidas

Por unanimidade, os deputados da Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), aprovaram no dia 2 o Projeto de Lei nº 102/07, de autoria do deputado Kennedy Nunes (PP). A proposta prevê que em locais de grande concentração ou circulação de pessoas, como aeroportos e estações rodoviárias, além de veículos de transporte coletivo, sejam fixados cartazes com fotografias e dados de crianças desaparecidas.

Crime organizado

Também no dia 2 foi aprovado o Projeto de Lei nº 69/07, do deputado Narcizo Parisotto (PTB), obrigando estabelecimentos comerciais que compram materiais metálicos usados, a manter cadastro com dados completos das pessoas físicas ou jurídicas das quais foram efetuadas as compras. O cadastro deverá ser apresentado aos fiscais da Secretaria da Fazenda, autoridades policial ou jurídica, sempre que solicitado.

Finanças

Transporte escolar

No dia 9, foi aprovado, na Comissão de Finanças e Tributação, o requerimento, de autoria do deputado Jorginho Mello, solicitando a realização de uma audiência pública, marcada para 23 de maio, para esclarecer sobre transporte escolar, as modalidades de forma de pagamento e repasse aos municípios nas relações com os governos federal e estadual.

Saúde da Mulher

A mesma comissão aprovou, no dia 2, o Projeto de Lei nº 50/07, de autoria da deputada Ada de Luca (PMDB), que institui a Semana de Saúde da Mulher nos órgãos públicos de Santa Catarina. O período deverá ser marcado por atividades voltadas ao tema, com destaque para a informação, orientação e disponibilização de recursos materiais e humanos para a realização de exames diagnósticos de baixa complexidade e baixo custo.

PLENÁRIO

Coxilha Rica pode virar área de Preservação Permanente

Reunião sobre o assunto foi realizada em Lages com a participação de mais de 200 pessoas

O deputado Elizeu Mattos (PMDB) ocupou a tribuna no dia 9 para relatar a audiência pública realizada em Lages, no último dia 4.



Mattos: importância ambiental

Com a presença de parlamentares, autoridades e lideranças comunitárias, o encontro consolidou o processo que visa a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) de Coxilha Rica. A reunião, com mais de 200 pessoas, foi realizada na comunidade de São Jorge, 80 quilômetros distante da sede do município de Lages. Além de Mattos, participaram da audiência os deputados Edson Piriquito e Renato Hinnig, todos do PMDB, e o professor Sérgio Grando (PPS). Também estiveram presentes os secretários de Estado de Agricultura, Antônio Ceron, de Desenvolvimento Regional de Lages, Francisco Küster, o presidente da Fatma, Carlos Kreuz,

vereadores e representantes de órgãos federais.

Mattos afirmou que a proposta é valorizar atividades como o turismo rural, histórico e de aventura, preservar atividades agropastoris compatíveis e assegurar melhorias na infra-estrutura local por meio de políticas compensatórias para investimentos, como uma usina e sete pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) já instaladas na área de 113 mil hectares, quase um terço da extensão territorial de Lages. A criação da APA, em âmbito municipal, depende de aprovação da Câmara de Vereadores local.

Os moradores da Coxilha Rica

querem promover a preservação ambiental baseada no desenvolvimento sustentável. "Esta é uma região histórica. Foi um dos corredores de tropeiros e pretende se tornar um exemplo para o restante do país", informou Elizeu, que mostrou em plenário um vídeo da reunião.

O deputado professor Grando também parabenizou a população de Lages. Segundo afirmou, a área proposta para o parque é mais extensa do que a APA do Parque da Serra do Tabuleiro, que tem 96 mil hectares e é a maior do Sul do Brasil. "Santa Catarina tem que festejar esse gesto. Naquela área não há só natureza, há história".

Kennedy faz um alerta sobre as empresas telefônicas

Preocupado com a nova forma de cobranças aplicadas pelas telefônicas no estado, o líder do PP, deputado Kennedy Nunes, aproveitou seu pronunciamento para alertar a sociedade catarinense sobre a mudança e solicitar que os demais parlamentares da Casa façam um amplo debate sobre a questão.

Kennedy explicou que a cobrança feita por minuto se torna negativa diante dos planos oferecidos pelas operadoras. "Tem operadora oferecendo planos de 400 minutos, porém isso corresponde que o consumidor poderá fazer apenas duas ligações por dia, se ultrapassar os 400 minutos pagará um adicional por minuto. Ninguém realiza apenas duas ligações por dia", observou.

Ele comentou que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) proibiu as operadoras de ficar oferecendo planos deste tipo aos consumidores. "As empresas estão dando um calote nos consumidores."



Nunes: Anatel coibiu divulgação

Nilson defende direitos dos consumidores

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) aproveitou o horário de seu partido na sessão ordinária do dia 9 para explicar o objetivo do Projeto de Lei nº 37/07, de sua autoria, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos fornecedores de produtos e serviços atuantes em Santa Catarina disponibilizar ao público exemplar atualizado do Código de Defesa do Consumidor, que está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Ele disse que a matéria não visa à concessão dos códigos pelos comerciantes, como erroneamente alguns entenderam. Apenas exige que eles deixem um exemplar à vista dos clientes caso eles queiram esclarecer alguma dúvida. "Quero apenas fazer valer os direitos dos consumidores".



Deputado: código deve estar à vista

Os parlamentares aprovaram na sessão do dia 9, Projeto de Lei Complementar nº 3/07, de origem governamental, com emenda aditiva da Bancada do Democratas. A proposição altera a Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares de Santa Catarina e o tempo de permanência no Comando-Geral da corporação.

O PLC aprovado altera o inciso II do artigo 105 dessa lei e permite que o policial que exerça o cargo de comandante-geral da PM possa permanecer na ativa mesmo que já tenha alcançado o limite de tempo, que atualmente é de seis anos no posto de coronel.

A emenda, informam os deputados da Bancada do Democratas em sua justificativa,

vai atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar, que tem a mesma hierarquia. Mas os deputados salientam que é necessário definir um limite para a permanência no cargo, que obriga um comprometimento maior com as funções, ao mesmo tempo em que se faz necessária uma "oxigenação" para que outros integrantes possam galgar o posto de comandante.

APROVADO

Projeto sobre tempo de cargo no comando da PM

Herneus fala sobre importância do Fundo de Participação dos Municípios

Segundo informações do deputado Herneus de Nadal (PMDB), no dia 9, os municípios vão receber, em setembro, 1% a mais no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ele mencionou que o acordo celebrado durante a Marcha dos Prefeitos a Brasília, em abril, previa o repasse imediato dos recursos. "No entanto, o Ministério da Fazenda anunciou a falta de caixa para cumprir o acordo e os prefeitos, acabaram realizando outra marcha."

Para o parlamentar, que foi prefeito do município de Caibi, no Oeste, entre 1983 e 1988, é no município que o cidadão precisa de atendimento, dos recursos para a

saúde, educação, lazer e emprego. "É no município que se vive, que se mora, onde se busca o acolhimento de suas necessidades básicas. Mas a pirâmide da distribuição obedece ao sentido inverso. Os valores mais expressivos são administrados pela União e a menor parte pelos municípios".

Herneus acredita na im-



Nadal: faltam recursos

portância de uma discussão aprofundada com relação ao novo Pacto Federativo para que a distribuição

de recursos seja alterada. "Para um melhor atendimento ao nosso cidadão e que para que o contribuinte acompanhe mais de perto as licitações e a utilização dos recursos". Atualmente, 65% da arrecadação é destinada para

a União, 22%, para os estados, e 13%, para os municípios.

O deputado Manoel Mota, líder do PMDB, acrescentou que esta distribuição vem de outros governos e é impossível para os municípios suportarem os encargos. "É preciso dar sustentação aos municípios", solicitou.

De acordo com o deputado Renato Hinnig (PMDB), os estados estão na mesma situação dos municípios. "A saída seria a discussão de um novo pacto federativo para inverter a pirâmide. Essa medida de transferência de 1% traz à tona a dificuldade dos municípios. É uma esmola".

PLENÁRIO

Assembléia abre espaço para representantes do Fucas

O presidente Julio Garcia (DEM) abriu espaço na sessão ordinária do dia 8 para que fossem ouvidos representantes da Fundação Casan (Fucas). O presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Água e Esgoto (Sintae), Odair Rogério da Silva, falou sobre os projetos sociais mantidos pela Fundação, destinados a jovens e adultos dos morros da Caixa e da Maloca, no Bairro Estreito. A fundação atende a 154 jovens entre 12 e 18 anos, que participam de atividades físicas e de aulas, entre elas as de informática, artesanato e reciclagem, no período inverso ao da escola.

A Fucas foi homologada, em 1977, como entidade assistencial de direito privado, sem fins lucrativos, sob a forma de fundação, para administrar os projetos destinados aos funcionários da Casan. Deveria ter sido realizada uma mudança estatutária em 1988, com base na nova Constituição, que determinava que uma instituição fundacional não poderia dar atendimento a um grupo fechado, mas a toda a comu-



Carlos Kilian

Odair falou sobre os projetos sociais mantidos pela entidade

nidade. Entre 1988 e 2003, a Fucas não cumpriu a lei e atendeu somente aos funcionários da Casan.

Durante todo esse tempo, o seu patrimônio foi constituído por meio de contribuições dos funcionários. Em 2003, ela passou a oferecer programas para a comunidade, conforme determina a lei. Mas o estatuto não foi alterado

e continuou em desacordo com a legislação. Desde então, a Fucas não recebe mais recursos da Casan. Legalmente, ela é uma organização não-governamental que pertence à sociedade. Desde 2004, a Fucas e a Casan vêm realizando reuniões mediadas pelo Ministério Público para chegar a um acordo sobre a alteração estatutária.

Saneamento básico nos municípios preocupa Silvio Dreveck

A deficiência do saneamento básico apresentado por 90% dos municípios catarinenses está preocupando o deputado pequista Silvio Dreveck, que questionou o papel da Companhia de Águas e Saneamento (Casan) em relação ao assunto. "Como podemos falar em qualidade de vida se não temos nem esgoto tratado? Precisamos de investimentos na área, para então podermos trabalhar em outras, como o turismo", exemplificou o deputado.

Além do saneamento básico, Dreveck citou outras questões básicas da denominada "qualidade de vida", como a educação, saúde, moradia digna, transporte por um preço justo, cultura e lazer.

De acordo com o parlamentar, São Bento do Sul, município onde já foi prefeito por duas vezes, possui apenas cerca de 10%, na área rural, de moradias com saneamento básico, e 70% na área urbana. "É lamentável que a Casan não tenha condições de investir em esgoto. Precisamos assumir esse compromisso e dar

ao estado a oportunidade de atrair mais investimentos. Para cada real investido, pelo menos R\$ 4,00 serão economizados com médicos."

O deputado Jandir Bellini (PP) concordou com o parlamentar afirmando que o saneamento básico é fundamental para o crescimento de qualquer cidade, estado ou país. O deputado professor Sérgio Grando (PPS), disse que o saneamento básico é uma política que deve ser adotada por todos. "Com educação e saneamento não se gasta, se investe", afirmou.



Dreveck: Casan precisa investir

Natal quer Centro de Referência Neurológica



Natal: comissão parlamentar

A visita ao Hospital Santa Helena, em São Pedro de Alcântara, que atende a pacientes com doenças como a hanseníase, foi relatada pelo deputado José Natal Pereira (PSDB). Ele contou que o hospital já teve cerca de 400 pacientes internados com a doença. Hoje, são apenas 50 pessoas.

Natal disse que há estudos para a implantação de um Centro de Referência Neurológica no local. "Sugiro a criação de uma comissão parlamentar para visitar o local e lutar pela criação do centro. Será muito bom para aqueles que precisam de tratamento para este mal."

[GABINETES]

IMPORTÂNCIA DA ACIC

Como proponente da sessão solene que homenageou os 60 anos Associação Comercial e Industrial de Chapecó (ACIC), que aconteceu no dia 10, no Clube Recreativo Chapecoense, o deputado Herneus de Nadal (PMDB) destacou em plenário a importância da entidade para a região Oeste catarinense.

De acordo com Nadal, a ACIC congrega atualmente mais de mil associados que respondem por 85% do PIB local, além de ser mola propulsora para o desenvolvimento de Santa Catarina, tendo em vista seu papel na promoção de grandes eventos que, pela capacidade de gerar negócios projetam o nome de Chapecó e de Santa Catarina para diversos países e continentes. (Luiz Carlos Padilha)

MAIS ESPAÇO POLÍTICO

A pouca participação feminina na vida política do país foi o tema central do encontro das Coordenadoras Nacionais de Organismos de Mulheres, na quarta-feira (9) em Brasília, realizado pela Secretaria Especial de Mulheres, que trouxe à capital federal representantes de 18 partidos políticos. Da esquerda radical à direita conservadora, a cobrança por uma maior participação da mulher e pela criação de cursos de formação política foram exigências unânimes.

Presidida pela ministra Nilcéia Freire, da Secretaria Especial de Política para Mulheres, a reunião estabeleceu a necessidade de uma diretriz mais firme e organizada para a garantir a inserção feminina nos espaços do poder. A representante do Partido Republicano Brasileiro, a deputada catarinense Odete de Jesus, presidente do PRB-Mulher, destacou a necessidade que essa discussão seja, agora, levada aos estados e municípios, onde poderá obter o apoio de mais mulheres. A questão das cotas e a lista eleitoral foram também objetos dessa discussão, tendo em vista que esses temas serão alvos das discussões da futura reforma. (Ivan Pimentel)

RELATÓRIO DE VIAGEM

No dia 9 o deputado Valmir Comin (PP) apresentou um relatório sobre a sua viagem aos Estados Unidos, quando acompanhou a missão do governador Luiz Henrique, entre os dias 23 de abril e 1º de maio, às cidades de Washington, D.C., Pittsburgh e Nova Iorque em busca da atração de recursos, novas tecnologias e investidores para o desenvolvimento econômico do Estado.

Comin falou sobre a assinatura de convênio entre o governo de Santa Catarina e o Laboratório de Energia dos EUA, em Pittsburgh, que permitirá o acesso dos catarinenses à alta tecnologia de processamento e utilização do carvão. Esse conhecimento será aplicado, especialmente, no futuro Centro de Tecnologia do Carvão, em Criciúma, que será o propulsor do desenvolvimento do setor do carvão, particularmente na região. (Assessoria do Gabinete)

EDITAL DE CURSOS DOS PRAÇAS

O deputado Sargento Soares (PDT) esteve em audiência com o comandante geral da Polícia Militar do Estado, coronel Eliésio Rodrigues e com os oficiais da Diretoria de Instrução e Ensino com o objetivo de discutir mudança nos editais e prorrogar as inscrições para os cursos da Polícia Militar. O parlamentar foi atendido e as inscrições para os cursos de Formação de Cabos (CFC), Formação de Sargentos (CFC) e de Aperfeiçoamento de Sargento (CAS) foram prorrogadas para o último dia 4 de maio.

Outras sugestões também foram acatadas. O TAF (teste de aptidão física) não será mais eliminatório e os praças promovidos por ato de bravura não ocuparão as vagas abertas, realizando o curso como alunos ouvintes. Ou seja, serão 72 vagas no CFC e 100 vagas no CFS. As vagas para os promovidos por ato de bravura serão somadas a estas. Ao término do curso, todos voltarão para a unidade de origem e, na medida do possível, para a mesma cidade. (Kelen Oliveira)

COMUNIDADE

Documentário catarinense sobre bromélia *Dyckias* ganha prêmio nacional



Produção Dyckias/Divulgação

Equipe de produção visitou e filmou os locais onde a planta era encontrada em seu habitat natural

Iniciativa pioneira mostra o Brasil aos brasileiros

Lançado em agosto de 2003, o programa DOCTV é uma iniciativa pioneira realizada por meio de convênio entre a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, TV Cultura e a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), com o apoio da Associação Brasileira de Documentaristas (ABD). A edição de 2007 está colocando no ar 35

documentários.

Durante as três primeiras edições foram inscritos 2.380 projetos em 74 concursos estaduais do DOCTV. Destes, 114 foram efetivamente produzidos, gerando 3.026 horas em rede pública de televisão. "É uma pequena revolução. Jamais vimos nada nem parecido com um projeto assim que, de forma rápida, promoveu a descentralização de re-

documentários. cursos financeiros para todos os estados brasileiros", comenta o diretor Iur Gómez. Ele também foi premiado em 2005, com o documentário "Paulo, Companheiro João", que falou sobre o desaparecimento do deputado catarinense Paulo Stuart Wright, em setembro de 1973.

Agora, as Séries DOCTV I e II estão sendo lançadas em home vídeo pela TV Cultura.

DOCTV assegura produções fora do eixo Rio-São Paulo e valoriza a visão particular de cada região do país. É uma forma de levar à população situações como a dos rios Pelotas e Uruguai, retratada na obra vencedora em SC

Tatiani Magalhães

De acordo com o um dos diretores do "Dyckias - tempos de extinção", Iur Gómez, a obra é muito mais do que um documentário sobre uma bromélia. "A planta foi apenas nosso ponto de partida e chegada", comentou. O projeto foi premiado no III Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro - DOCTV 2006.

A obra aborda em especial a bromélia endêmica denominada *Dyckia distachya*, ameaçada de extinção devido ao desaparecimento de seu ambiente natural, às margens dos rios Pelotas e Uruguai, na divisa dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, por conta da construção de usinas hidrelétricas na região, todas planejadas ainda na década de 70.

Dirigido por Iur Gómez e Jonas Edson Pinto, proponente do projeto, o documentário foi patrocinado pelo Ministério da

Cultura e produzido pela Exato Segundo. Com 52 minutos de duração, vai ser exibido pela Rede Cultura no início de mês de junho.

Iur Gómez destaca que, da forma como foi elaborado, o prêmio DOCTV permite que a visão particular de cada estado brasileiro seja valorizada e divulgada, quebrando um pouco a visão quase exclusiva que se tem da realidade do eixo Rio-São Paulo.



Bromélia está na lista de extinções

CRIANÇAS DESAPARECIDAS



Luís Philipe de J. M. da Silva
Nascido em 14/07/97
Desaparecido em 23/08/06
Cidade: Salvador - BA



Adriana Ponchon
Nascida em 14/06/89
Desaparecida em 08/12/06
Cidade: Campo Largo - PR



Vitoria Duarte Martins
14 anos
Desaparecida em 02/04/07
Cidade: Palhoça - SC



Gilson Lima da Silva
Nascido em 27/01/98
Desaparecido em 09/04/00
Cidade: Natal - RN